

**HABEAS CORPUS Nº 479.976 - GO (2018/0309472-9)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : JEFFERSON SILVA BORGES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ARÍCIO VIEIRA DA SILVA - GO015589  
JEFFERSON SILVA BORGES - GO035143  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : WELLINGTON SILVA FILHO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WELLINGTON SILVA FILHO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 5/10/2018, pela suposta prática da conduta descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, pois foram apreendidos, aproximadamente, **2 kg (dois quilos) de maconha** no interior do veículo ocupado pelo ora paciente e demais corréus (e-STJ fls. 19 e 45). Posteriormente, converteu-se a custódia em preventiva (e-STJ fls. 78/82).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 104):

**HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. CONVERSÃO EM PREVENTIVA. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. ILEGALIDADE AFASTADA.**

*Não evidencia ilegalidade a preservação da clausura antecipada do paciente, por violação do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, assentada na prova da materialidade e nos indícios da autoria, objetivando resguardar a ordem pública, flagrado transportando 02,00 kg (dois quilogramas) de droga, indicando a destinação à traficância, associado ao fato de que, na companhia de três pessoas, duas delas repetentes em praticas delitivas, atua na difusão ilícita de substância entorpecente, em sintonia com condição autorizativa do 312, do Código de Processo Penal, não cedendo a predados pessoais, insuficiente cautelar diversa.*

**ORDEM DENEGADA.**

A presente impetração funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar.

Aponta, também, que, "não se vislumbrando nos autos qualquer perigo real para a ordem pública ou instrução processual ou aplicação da lei penal com a soltura do paciente, afigura-se suficiente a aplicação de medidas alternativas do artigo 319 do Código de Processo Penal" (e-STJ fl. 12).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 116/118.

Após as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 137/141).

É, em síntese, o relatório.

Em consulta a página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, verifica-se que, na data de 1/2/2019, o Juízo de origem beneficiou o ora paciente com a revogação da prisão preventiva e expedição de alvará de soltura.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora paciente o benefício da liberdade, o presente *habeas corpus* perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator